

CPI do Plano de Carreira: Técnico diz que faltaram informações

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga irregularidades na implantação do Plano de Carreira dos servidores da Prefeitura de Montenegro coletou o depoimento de Francisco Simões Magro na manhã desta terça-feira, 26. Francisco foi o técnico atuário contratado para calcular o impacto que a nova lei, aprovada em novembro de 2015, traria aos cofres do Município. Foi dele a previsão de que as mudanças aumentariam os gastos da Prefeitura em R\$ 300 mil. Na prática, foi muito além. Quando aprovado, o impacto passou de R\$ 1,6 milhão.

Mesmo já tendo estado na Câmara de Vereadores em agosto do ano passado para prestar esclarecimentos sobre o caso, Francisco se mostrou surpreso quando os vereadores que compõem a CPI lhe mostraram a diferença entre o impacto previsto e o que, de fato, foi verificado. Ele defendeu os cálculos que

fez em 2015, mostrando que, com base nas informações que havia recebido – a despesa de pessoal entre 2008 e 2014 e a receita corrente líquida do mesmo período –, o valor médio ponderado de aumento nos salários seria bastante inferior à receita líquida projetada para o Município. “Eu fui até conservador na minha projeção (do impacto)”, salientou.

Como fez na reunião de 2018, o técnico voltou a pontuar que, em um primeiro momento, havia realizado os estudos tendo como base de referência um salário de R\$ 847,50 para o funcionalismo. Posteriormente, foi solicitado novo cálculo, usando o valor de R\$ 950,00 como base. Diante disso, ele lembra que apresentou os resultados em 2015 e, na ocasião, recomendou que a implantação do Plano fosse feita em três etapas. “Eu estava receoso por essa mudança nos valores”, recorda. Na época prefeito, Luiz Américo Al-



Francisco Simões calculou o impacto financeiro

dana optou por fazer valer as mudanças todas de uma vez, o que pode ter contribuído para a situação atual.

A principal constatação da CPI nesta terça, no entanto, foram as poucas informações repassadas a Francisco para a elaboração do cálculo na época; e as diferenças entre o projeto que ele entregou ao Município e o que, de fato, virou a lei do Plano. Apenas analisando os artigos que tratam do aproveitamento de cursos para a promoção

de cursos para a promoção dos servidores, os vereadores já encontraram discrepâncias. Segundo eles, vem acontecendo de funcionários entregarem qualquer tipo de capacitação – até mesmo a participação em congressos ou cursos em disciplinas que não se enquadram em sua área de atuação – para serem promovidos, “aos montes”. Isso não estaria bem regrado na lei.

Francisco classificou tal prática de aproveitamento como imoral e disse não ter considerado este tipo de situação no cálculo de impacto. “Para isso, nós teríamos que ter tido um histórico de diplomas e cursos anteriores. Se eu soubesse da frequência com que isso ocorria, poderia ter considerado esse estudo. Mas não tive acesso a isso. Não poderia ficar chutando essas informações”, colocou. Questionado, o técnico disse não poder afirmar se as informações lhe foram songadas pela Prefeitura, mas declarou que, financeiramente, “nenhum município aguenta uma situação dessas”. A reunião da CPI encerrou com ele se comprometendo a comparar o projeto feito com o que foi transformado em lei, destacando as disparidades. Não foi fixado prazo para a entrega destas considerações. (DM)